



PLATAFORMIZAÇÃO NA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Leila Maia Custódio Dantas¹

Ciclene Alves da Silva²

INTRODUÇÃO

As transformações sociais e culturais das últimas décadas, impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais, têm impactado de modo direto a educação pública brasileira. No âmbito da gestão escolar, observa-se a crescente disseminação de plataformas digitais, apresentadas como soluções capazes de agilizar rotinas, organizar informações e apoiar práticas administrativas e pedagógicas. Esse movimento, entretanto, não é neutro: está vinculado a reformas estruturais do Estado e à lógica da performatividade (Ball, 2014), que redefine o trabalho escolar com base em dados quantificáveis, responsabilização e controle.

Diante dessa realidade, o presente texto resulta de uma pesquisa em andamento, que tem como objetivo geral analisar como os diretores das escolas públicas municipais de Apodi/RN utilizam a plataforma digital SISAEDUC e quais são suas implicações para a organização do trabalho escolar. Especificamente, busca-se analisar os documentos que fundamentam a implantação do SISAEDUC, considerando seus marcos legais e institucionais; investigar os objetivos e funcionalidades da plataforma no suporte e monitoramento da gestão; e compreender as mudanças na rotina administrativa decorrentes de seu uso, destacando potencialidades, limites e possibilidades de aprimoramento na rede municipal de Apodi/RN.

A presente discussão integra o referencial teórico de uma dissertação em andamento, que busca problematizar criticamente o processo de plataformização da gestão escolar e suas implicações para a escola pública, considerando tanto suas potencialidades quanto as contradições e limites que impõe ao trabalho educativo.

PLATAFORMIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL: MARCOS, CONTRADIÇÕES E APORTES TEÓRICOS

O impulso à digitalização da gestão educacional no Brasil tem suas raízes no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), que consolidou uma racionalidade gerencial orientada por princípios de eficiência, controle e transparência. Nesse contexto, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a ocupar papel central na coleta e sistematização de dados, especialmente com a criação do Educacenso, principal base censitária da educação básica, que subsidia políticas públicas e orienta a distribuição de recursos do Fundeb.

¹ Graduada em pedagogia pela – UERN, Mestranda em Educação (POSEDUC/UERN), vice-diretora de uma escola da rede Municipal de Apodi. E-mail: leila20241000188@alu.uern.br

² Doutora em Educação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: ciclenealves@uern.br.



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



A esse movimento somaram-se outras iniciativas, como o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC, utilizado pelo MEC no monitoramento de programas e repasses federais, e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, que permite acompanhar a aplicação dos recursos vinculados à educação. Paralelamente, em nível estadual e municipal, multiplicaram-se sistemas próprios ou contratados de empresas privadas, a exemplo do SIGEduc (adotado nas Escolas da rede Estadual do Rio Grande do Norte e no Ceará) e do SISAEDUC (presente em municípios da Paraíba e do Rio Grande do Norte, como Apodi). Esses instrumentos passaram a concentrar funções administrativas, envolvendo matrícula, frequência, relatórios e organização de turmas.

A pandemia da Covid-19 intensificou esse processo, conferindo às plataformas digitais um papel indispensável para a continuidade das atividades escolares, ao mesmo tempo em que evidenciou desigualdades de acesso, fragilidades na infraestrutura e a ausência de formação para os profissionais da educação para uso dessas ferramentas.

Nesse percurso de ampliação e diversificação das políticas digitais, surge mais recentemente a plataforma MEC Gestão Presente, concebida pelo governo federal com o propósito de modernizar a gestão educacional nas redes públicas. Inspirada na lógica do governo digital, a iniciativa propõe integrar dados em diferentes níveis, federal, estadual, distrital e municipal, visando maior eficiência administrativa, transparência e apoio ao planejamento de políticas públicas baseadas em evidências.

A literatura evidencia ambivalências. Ball (2005,2014) analisa como a performatividade converte práticas administrativas em indicadores mensuráveis. Heloani (2018) demonstra que a Nova Gestão Pública trouxe para a educação a racionalidade tecnocrática da produtividade, reforçando burocracias., enquanto Lück (2009, 2013), Libâneo (2012) e Paro (2015) defendem a gestão como processo pedagógico, político e democrático, incompatível com reduções meramente técnicas.

Essa tensão pode ser interpretada à luz de Foucault (2008), que entende as tecnologias como dispositivos de governo capazes de regular condutas. Nessa linha, Zuboff (2019) alerta para o capitalismo de vigilância, que mercantiliza dados, enquanto Saura et al. (2024) destacam que os algoritmos e sistemas digitais não apenas organizam processos, mas também reproduzem desigualdades e lógicas de dominação, instaurando novas formas de dependência tecnológica, Joaquim e Pesce (2024) aprofundam essa discussão ao abordar o colonialismo digital no campo educacional, mostrando que a incorporação acrítica dessas ferramentas pode fragilizar a autonomia institucional e restringir a consolidação de práticas administrativas de caráter democrático.

Assim, torna-se imprescindível pensar as tecnologias não como soluções neutras, mas como dispositivos que carregam valores e interesses, exigindo apropriação crítica por parte das escolas públicas. No Brasil, Evangelista (2018) chama atenção para a dependência de plataformas privadas no Brasil e a ausência de governança pública sobre dados escolares.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



CONSIDERAÇÕES

Defende-se que o governo necessário na era digital não pode se restringir ao mero domínio técnico das plataformas ou ao uso delas apenas como instrumentos de mensuração de resultados e cumprimento de metas. Ball (2014) e Heloani (2018) enfatizam que nesse contexto tecnológico, a gestão não deve ser conduzida unicamente pela lógica da eficiência e da performatividade, que muitas vezes subordina a escola às exigências do mercado. Pelo contrário, é preciso que o uso das plataformas digitais esteja comprometido com princípios democráticos, éticos e autônomos, de modo a colocar a tecnologia a serviço do projeto político-pedagógico-PPP da escola pública.

Zuboff (2019) defende que a superação do modelo tecnocrático exige que as instituições educacionais tenham autonomia para criar e gerir suas próprias plataformas, de forma soberana e democrática. Assim, a tecnologia deixa de ser um fim em si mesma e passa a fortalecer o PPP da escola pública, comprometida com a justiça social e a emancipação dos sujeitos. Nessa mesma direção, Paro (2015) destaca que a gestão escolar deve priorizar a formação humana e a função social da escola, garantindo que as plataformas digitais sirvam ao projeto pedagógico e às realidades locais

Diante desse cenário, não basta utilizar tais sistemas de forma conformista, subordinando a escola a lógicas de mercado ou de controle. É necessário construir plataformas públicas e soberanas, além de investir em formação crítica dos gestores, para que possam articular inovação tecnológica e função social da escola. O desafio consiste em garantir que a tecnologia fortaleça a democracia e a justiça social, em vez de reduzi-las a métricas, relatórios e resultados quantificáveis.

Palavras-chave: Gestão escolar. Plataformização. Escola pública.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/?lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2025.

BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

EVANGELISTA, Rafael de Almeida. Capitalismo de vigilância no Sul Global: por uma perspectiva situada. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; et al. (org.). **Tecnopolíticas da Vigilância: Perspectivas da Margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HELOANI, Roberto. **Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade**. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mec-gestao-presente>. Acesso em: 1 set. 2025.

JOAQUIM, Bruno dos Santos; PESCE, Lucila. Colonialismo digital e educação: entrelaçamentos de pedagogias decoloniais para a promoção da democracia cognitivo-digital. **Roteiro**, Joaçaba, v. 49, e35527, 2024. DOI: 10.18593/r.v49.35527. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/35527>. Acesso em: 2 set. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Vol. 1. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SAURA, Geo; PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira; LIMA, Paula Valim de. Capitalismo na era digital e educação: democracia, Estado e ideologia. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 63, p. 115-129, 2024. DOI: 10.60543/issn.1645-7250.rle63.09. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/9573>. Acesso em: 2 set. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO **UERN**

